

Econ. Brasil

Acordo pode impor limite a reajustes

Ministros ouvem empresários e Sarney chama Mário Amato para jantar

BRASÍLIA — O governo e empresários, depois de oito horas seguidas de reunião, ontem, conseguiram fazer o esboço de uma proposta de controle dos reajustes dos preços. A idéia é fixar um limite máximo para reajustes mensais que não precisaria ser, necessariamente, a inflação do mês anterior, mas um índice que reflete a real variação de custos de cada um dos setores de atividade econômica. Estiveram na mesa de reunião com os ministros Maílson da Nóbrega, João Batista de Abreu e a ministra Dorothéa Werneck os empresários do setor de alimentação, higiene e limpeza, eletrodomésticos, eletrônicos, atacadistas e supermercados. À noite, o presidente da Fiesp, Mário Amato, discutiu o resultado da reunião em um jantar com o presidente José Sarney, na Granja do Torto.

Os empresários, que tomaram a iniciativa de sugerir o teto de reajustes, propuseram também que as discussões sejam feitas no âmbito das chamadas câmaras setoriais do CIP. O ministro Maílson disse aos empresários que, para os aumentos que fiquem abaixo do índice de inflação do mês anterior, ou índice setorial, os preços poderão ser praticados independente da análise prévia do CIP.

O ministro fez aos empresários um longo discurso doutrinário em que colocou "no mesmo barco", governo, empresários, economistas e imprensa. "Temos a missão de entregar este país ao sucessor", disse Maílson.

O ministro entregou aos empresários um documento de 52 páginas contendo os dados sobre desempenho da economia — incluindo todas as contas do Tesouro — e garantiu que o governo não vai fazer congelamento de preços. A afirmação teve o efeito que o ministro esperava. O presidente da associação brasilei-



ra dos produtores de artigos de limpeza e higiene, José João Armando Locoselli, afirmou, após a reunião: "Por mais que lêssemos na imprensa que não haveria choque, só nos tranqüilizamos quando o ministro nos disse isso olhando em nossos olhos".

Os empresários pediram ao governo mais moderação no reajuste das tarifas e serviços públicos. Houve quem reclamasse das taxas de juros, como Geraldo Bordon. "Mas quem mais sofre com essas taxas é o governo", retribuiu o ministro.

A idéia de estabelecer um teto de aumentos de preços partiu dos empresários, mas o secretário de Administração de Preços, Edgard Abreu, propôs que, em vez de um teto único, cada setor industrial possa discutir um índice próprio, no âmbito das câmaras setoriais. Um índice que representasse melhor a evolução de custos. Segundo Abreu, poderia ser, por exemplo, a evolução dos preços nos últimos três meses.

□ Mais informações sobre o encontro de Brasília nas páginas 3 e 4

03 OUT 1989